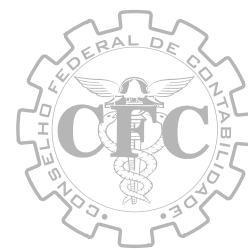


Jornal do CFC

Informativo do Conselho Federal de Contabilidade



Brasília-DF – ano 11 , nº 91 – janeiro/fevereiro de 2008 – distribuição gratuita



Gestão 2008/2009

Presidentes do CFC e dos CRCs iniciam novos mandatos

Págs. **3 a 7**

Nesta edição

- | | | |
|-------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| 8 Artigo | 12 Balanço Fiscalização | 15 Resp. Socioambiental |
| 9 Lei nº 11.638/07 | 12 Audiência Pública | 15 Rais |
| 10 Seminário de Conselheiros | 13 Balanço Registro | 15 Livro |
| 11 Sem. de Presidentes CRCs | 13 8º EQT | 16 18º CBC |
| 11 Prêmio Contábil | 14 Resenhas | 16 Balanço Social |

Plenário do CFC

Presidente

Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim

Vice-presidentes

Contador Enory Luiz Spinelli
Contadora Luci Melita Vaz
Contador Nelson Mitimasa Jinzenji
Contador Adeildo Osório de Oliveira
Contador José Martonio Alves Coelho
Contador Juarez Domingues Carneiro
Contadora Sílvia Mara Leite Cavalcante

Conselho Consultivo

Ynel Alves de Camargo
Olívio Koliver
Antônio Lopes de Sá
Sérgio Approbato Machado
Antonio Carlos Nasi
José Serafim Abrantes
José Maria Martins Mendes
João Verner Jueneemann
Alcedino Gomes Barbosa
José Martonio Alves Coelho

Conselheiros Efetivos

Contador Adeildo Osório de Oliveira
Contador Enory Luiz Spinelli
Contador Francisco Fernandes de Oliveira
Contador Francisco José dos Santos Alves
Contador João de Oliveira e Silva
Contador José Martonio Alves Coelho
Contador José Wagner Rabelo Mesquita
Contador Juarez Domingues Carneiro
Contadora Jucileide Ferreira Leitão
Contadora Luci Melita Vaz
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Contador Luiz Carlos Vaini
Contador Luiz Henrique de Souza
Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim
Contador Nelson Mitimasa Jinzenji
Contador Nelson Zafrá
Contador Sebastião Célio Costa Castro
Contadora Sílvia Mara Leite Cavalcante
Téc. em Contabilidade Bernardo Rodrigues De Souza
Técnico em Contabilidade Grimaldi Gonçalves Dantas
Téc. em Contabilidade José Augusto Costa Sobrinho
Téc. em Contabilidade José Cléber da Silva Fontineles
Téc. em Contabilidade José Lopes Castelo Branco
Téc. em Contabilidade José Odilon Faustino
Téc. em Contabilidade Miguel Angelo Martins Lara
Técnico em Contabilidade Paulo Luiz Pacheco
Técnico em Contabilidade Pedro Miranda

Conselheiros Suplentes

Contador Amândio Ferreira dos Santos
Contador Antônio Carlos Dóro
Contador Carlos Henrique Menezes Lima
Contador Cláudio Morais Machado
Contador Décio Sarda
Contador Delmiro da Silva Moreira
Contador José Corrêa de Menezes
Contador Luiz Antonio Balaminut
Contador Orismar Parreira Costa
Contador Paulo César de Castro
Contador Pedro Alves
Contador Rivaldo Costa Sarmento
Contador Roberto Carlos Fernandes Dias
Contador Wellington do Carmo Cruz
Contadora Elizabeth Coimbra Lisboa
Contadora Eulália das Neves Ferreira
Contadora Marly das Graças Amorym Tocantins
Contadora Verônica Cunha de Souto Maior
Téc. em Contabilidade Aluizio Pires de Oliveira
Téc. em Contabilidade Gilsandro Costa de Macedo
Téc. em Contabilidade João Valdir Stelzer
Téc. em Contabilidade José Amarísio Freitas de Souza
Téc. em Contabilidade Mário César de Magalhães Mateus
Téc. em Contabilidade Mário Rodrigues de Azevedo
Téc. em Contabilidade Paulo Viana Nunes
Téc. em Contabilidade Ronaldo Marcelo Hella
Téc. em Contabilidade Vivaldo Barbosa Araújo Filho

Editorial

Palavra da Presidente

Maria Clara Cavalcante Bugarim

Neste início de ano, as primeiras palavras saídas da Presidência do Conselho Federal de Contabilidade são de agradecimento. Em primeiro lugar, agradecemos a Deus pelo que foi possível realizar em 2007, vencendo dificuldades, superando limitações e ainda chegando a 2008 com bastante entusiasmo para enfrentar os desafios de uma nova gestão, que a classe contábil brasileira mais uma vez nos confiou. Agradecemos aos nobres pares de Plenário a atuação profícua, inteligente e sempre correta. Agradecemos ainda as valiosas contribuições, o desprendimento e as inequívocas provas de companheirismo, nos momentos precisos, dadas pelos colegas do Colegiado Diretor. Reconhecemos o mérito dos colaboradores do CFC e de quantos, direta ou indiretamente, ajudaram a cumprir as metas da nossa primeira gestão.

Os 27 Conselhos Regionais de Contabilidade estão iniciando, igualmente, suas gestões para 2008/2009. Seus presidentes, novos ou reeleitos, partem agora com as suas diretorias em busca das metas que – traduzidas como promessas na campanha eleitoral de novembro passado – mereceram, nas suas respectivas bases, o aval da classe.

A Política, uma arte tão antiga quanto o homem – o qual, filosoficamente, já foi denominado de animal político –, tem muitas acepções. No sentido “partidário”, é uma luta incessante pela conquista e permanência no Poder. Nesse viés, quando mal-intencionada, pode enveredar pelo engodo, intrigas, atos irrefletidos e desentendimentos de toda natureza. Felizmente, na política classista, em que o idealismo na maioria das vezes prevalece sobre os demais interesses, dá-se o “jogo pelo poder” segundo preceitos mais elevados. Mesmo assim, numa campanha eleitoral, como em qualquer batalha, é natural que restem feridos.

Noutro sentido dessa arte milenar, têm-se ainda as acepções do político e do estadista. O primeiro, simplesmente, faz política, ou faz da política um meio de vida para o bem-estar particular. Já o segundo governa com justiça, pondo as questões de Estado, ou da “coisa pública”, acima dos interesses partidários. Uma vez no Poder, o bom político esquece as querelas eleitoreiras, perdoa as eventuais ofensas e governa para todos com absoluto senso de justiça – voltado para questões estratégicas, como preservar a paz e assegurar o bem comum e a prosperidade das

gerações futuras. Adquire, assim, a respeitável condição de estadista.

Num sentido mais elevado teríamos, ainda, o humanista: aquele capaz de submeter os interesses da própria pátria ao benefício da humanidade. O mundo, de uma maneira geral, e o Brasil, em particular, estão carentes dessa Política com P maiúsculo, praticada por estadistas e humanistas.

No Sistema CFC/CRCs constatamos com satisfação, ao longo da sua trajetória, a existência de uma “boa escola” para formação de quadros da política classista. Uma política de classe, quando bem feita, a começar pelo exemplo de ética e de trabalho, de permanente compromisso interno e participação consciente na sociedade, tem muito a contribuir para sanar a política pública nacional. Nas parcerias, eventos, encontros de trabalho e audiências públicas e numa infinidade de outras inter-relações do profissional contábil com agentes do setor público, surgem ocasiões de “passar a doutrina” do exercício da política sã.

Este número do Jornal CFC, por sua vez, deve ser lido, discutido e muito bem guardado, pois registra as reportagens sobre os novos mandatos, com a palavra empenhada de cada presidente do Sistema CFC/CRCs quanto às metas a serem cumpridas no próximo biênio. Como pode ser visto, dada a diversidade socioeconômica nas diferentes regiões que formam este país continental, cada Conselho tem as suas peculiaridades. Há uma pauta diversificada de intenções, interesses, necessidades mediatas e carências urgentes a serem cumpridas. Alguns dos nossos Conselhos Regionais já avançaram várias etapas, estando num estágio de desenvolvimento longe do alcance de outras Entidades coirmãs. Deve prevalecer aqui o espírito de união, imprescindível para chegarmos juntos à meta comum. É na mútua ajuda que os organismos se fortalecem.

Para construir e manter uma Instituição forte, com imagem positiva do contabilista e da contabilidade brasileira – num mundo virtual cada vez mais “plano” –, há que se pensar, crescer e aparecer como sistema integrado. Eis o nosso desafio permanente.



Idelfon Calasancio

Expediente

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
SAS - QUADRA 5 - BLOCO J - Ed. CFC
CEP 70070-920 - BRASÍLIA-DF
TEL: (61) 3314-9600 - FAX: (61) 3314-9514
www.cfc.org.br - cfc@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

Jornal do CFC

Ano 11 - Nº 91 - janeiro/fevereiro 2008
EDIÇÃO/JORNALISTA RESPONSÁVEL: Fabrício Santos – DF 2887JP
REDAÇÃO: Fabrício Santos e Marietela Giroto
PROJETO GRÁFICO: Simone Silva e Marcus Hermeto
DIAGRAMAÇÃO: Marcus Hermeto
REVISÃO: Maria do Carmo Nóbrega e Patrício Noronha
COLABORAÇÃO: Rosângela Bekman e Sílvia Neves
TEL: (61) 3314-9513
comsocial@cfc.org.br
Tiragem: 75.000 exemplares

repec

Acesse o site www.repec.org.br
e conheça a Revista de Educação
e Pesquisa em Contabilidade

Maria Clara reassume compromisso com a classe contábil

A contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim foi reeleita presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em eleição realizada nos dias 4 e 5 de janeiro, com votos dos 27 conselheiros que compõem o Plenário do CFC. A posse da presidente e dos membros da diretoria para o biênio 2008/2009 ocorreu após a apuração da votação. A seguir, Maria Clara fala do seu primeiro mandato, ocorrido de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2007, e discorre a respeito das suas principais metas para o segundo, iniciado em 4 de janeiro de 2008 e encerramento em 31 de dezembro de 2009.

A primeira mulher

A posse de Maria Clara Cavalcante Bugarim na presidência do Conselho Federal de Contabilidade, em janeiro 2006, tornou-se um fato histórico não só para a instituição, mas para toda a classe contábil brasileira, pois se tratou da primeira gestão de uma mulher à frente do cargo mais elevado do Sistema que reúne o CFC e os 27 Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs).

Para a presidente, além de elevar a representatividade feminina da categoria contábil, essa conquista teve um significado especial: em 2006, os profissionais contábeis comemoraram os 60 anos da criação do Sistema CFC/CRCs. Consciente da grande responsabilidade de encabeçar uma instituição que congrega 400 mil profissionais, ela atribuiu a sua chegada à presidência do CFC, principalmente, à consciência política das mais de 140 mil contabilistas brasileiras.

O compromisso com a verdade e



A presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, com os membros do Plenário

com a transparência, segundo a contadora, foram os ideais que guiaram as suas ações e se expressaram em projetos que ganharam, no universo da contabilidade brasileira, credibilidade em todo o País. “Muito deve ser feito, e estamos, cada vez mais, determinados a não nos deixarmos abater diante das situações adversas, conscientes de que, com determinação e união, é possível concretizarmos nossos objetivos”, disse Maria Clara no discurso de posse em 2006. Esse compromisso com a classe ela reafirma hoje.

Agenda prioritária

Maria Clara Cavalcante Bugarim destaca, a seguir, a continuidade de alguns projetos que vêm sendo desenvolvidos pelo CFC e algumas metas que terão prioridade na sua agenda nesses dois anos de mandato:

- Realização do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, de 24 a 28 de agosto de 2008, em Gramado (RS).
- Participação no processo de convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão internacio-

nal, por meio do Comitê Gestor da Convergência no Brasil e da representação do CFC no Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Incremento nas políticas e ações de registro e de fiscalização, com ênfase na adesão à nova carteira profissional e na fiscalização preventiva.
- Fortalecimento do Programa CFC de Responsabilidade Socioambiental e sua disseminação aos CRCs.
- Execução dos projetos nas áreas de controle interno, desenvolvimento operacional e administrativo, visando ao fortalecimento da gestão em todo o Sistema.
- Estreitamento das relações com os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário nos âmbitos federal, estadual e municipal, com o intuito de aprovar projetos de interesse da categoria, como a Lei de Regência e a Lei das Anuidades.
- Realização do II Seminário de Contabilidade Pública, em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), visando dar continuidade à iniciativa que atendeu, com sucesso, os anseios

da categoria em sua primeira edição (2007).

- Fortalecimento do projeto Mulher Contabilista nos Estados, e a realização do VII Encontro Nacional da Mulher Contabilista, de 7 a 9 de maio de 2009, em Vitória (ES).
- Manutenção da política de aproximação do CFC com entidades públicas e privadas que possuem atividades relacionadas à classe contábil, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central do Brasil, a Fenacon, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e, no plano internacional, a Federação Internacional dos Contadores (Ifac), o International Accounting Standards Board (Iasb), a Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), o Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea) e a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas de Portugal (CTOC).
- Apoio e incentivo ao ensino e à pesquisa em Ciências Contábeis, por meio da realização de projetos como “Excelência na Contabilidade”, entre outros.
- Promoção do Programa de Educação Continuada, visando à atualização e ao aprimoramento dos conhecimentos dos contabilistas que atuam no mercado de trabalho.
- Aproximação da classe contábil com as Instituições de Educação Superior, com o intuito de aprimorar o conhecimento e traçar o perfil dos corpos docente e discente das IESs, suas estruturas de ensino e contribuições que possam gerar para a classe contábil.

Saiba mais sobre a solenidade alusiva à posse, ocorrida no dia 20 de fevereiro, na próxima edição do **Jornal do CFC**.

Diretoria – biênio 2008/2009

Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim

Presidente

Contador Enory Luiz Spinelli

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contadora Luci Melita Vaz

Vice-presidente de Registro

Contador Nelson Mitimasa Jinzenji

Vice-presidente Técnico

Contador Adeildo Osório de Oliveira

Vice-presidente de Controle Interno

Contador José Martonio Alves Coelho

Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional

Contador Juarez Domingues Carneiro

Vice-presidente de Desenvolvimento Operacional

Contadora Silvia Mara Leite Cavalcante

Vice-presidente de Administração

Técnico em Contabilidade José Odilon Faustino

Coordenador-adjunto da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contador Sebastião Célio Costa Castro

Coordenador-adjunto da Câmara de Registro

Técnico em Contabilidade Bernardo Rodrigues de Sousa

Representante dos Técnicos em Contabilidade no Conselho Diretor

Presidentes dos CRCs iniciam novos mandatos

Os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) iniciaram em janeiro novas gestões de suas diretorias, após eleições diretas realizadas em todos os Estados e no Distrito Federal. Neste início de mandato, os novos presidentes e aqueles que foram reeleitos traçaram planos para os próximos dois anos. Saiba, a seguir, quem são os presidentes dos CRCs e quais as principais metas de suas gestões:

CRCAC


Presidente
Francisco Brito do Nascimento




Para a gestão 2008/2009, priorizamos metas que buscam o engrandecimento e a valorização da classe contábil, por meio de ações que oportunizem, essencialmente, o crescimento. Serão desenvolvidas ações internas, como a reorganização da sede, visando otimizar o atendimento ao profissional, com a criação da sala do contabilista, onde o profissional encontrará apoio e orientação para as suas dúvidas. Também haverá ações mais abrangentes, que vão desde encontros com profissionais de ensino de Ciências Contábeis; realização de fiscalização não-punitiva, mas sim preventiva, e orientação programada; criação do Comitê de Acompanhamento das Transferências de Responsabilidade Técnica Profissional (TRT); até a reativação do convênio com a Junta Comercial do Estado e efetivação de convênio com a Secretaria de Fazenda e Gestão Pública.

CRCAL

Presidente
Jeovanes de Oliveira Silva




Entre as principais metas para a gestão 2008/2009, destacamos: estabelecer uma frequência de ações que promovam cada vez mais a aproximação do contabilista com o CRCAL, estendendo essas ações também aos estudantes de contabilidade. O mecanismo a ser aplicado será o Programa de Educação Profissional Continuada, investindo fortemente na realização de cursos, inclusive de pós-graduação, seminários e cafés da manhã com órgãos dos governos federal, estadual e municipal, em busca da melhoria no entendimento Contabilista x Legislação. Nosso compromisso é solidificar, cada vez mais, a valorização do profissional da contabilidade perante a sociedade.

CRCAP

Presidente
Marilene Cardoso do Nascimento




Iniciamos o nosso trabalho à frente do Conselho Regional de Contabilidade do Amapá (CRCAP) em janeiro de 2006 e, agora, iniciamos nova gestão. Nesse primeiro período, obtivemos algumas conquistas importantes, como a implantação da biblioteca do CRCAP; a realização de café-da-manhã no Dia da Mulher (8 de março) e, em 28 de abril, homenagem aos contabilistas pioneiros do Estado, que são dez. Ainda, promovemos o 1º Encontro dos Contabilistas do Estado do Amapá e, entre outras ações, ampliamos a área do Plenário e estruturamos nossa sala de treinamento. Para o ano de 2008, pretendemos iniciar esforços visando à diminuição da inadimplência, assim como estão previstas realizações de cursos e de eventos voltados aos contabilistas.

CRCCE

Presidente
Osório Cavalcante Araújo




Na primeira gestão à frente do CRCCE (2006/2007), conduzimos o órgão, por intermédio de seus conselheiros e colaboradores, de forma participativa, responsável e transparente, tendo alcançado êxito na execução dos projetos constantes do Plano de Trabalho. Em 2008, iremos, com o apoio do escritório da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) no Ceará, dar continuidade aos programas de incentivo à graduação e à atualização de estudantes e profissionais contábeis, com ênfase na difusão da importância da contabilidade no processo de informatização dos negócios. Buscaremos incentivar novos registros por meio de atividades conjuntas com as instituições de ensino. Devemos, ainda, intensificar ações de fiscalização no combate ao leigo e praticar de uma fiscalização orientativa, e não só punitiva. Esperamos assim contribuir para o fortalecimento e valorização da imagem da profissão contábil junto à sociedade.

CRCDF

Presidente
Gerardo Antônio M. de Paiva Gama




À frente do CRCDF, vamos liderar um plano de ação que inclui, entre outras medidas, a criação de grupos de trabalho e de mediação, tanto para acompanhamento de projetos de leis quanto para a ampliação da representação do CRCDF nos órgãos públicos. Além disso, pretendemos adotar uma política inédita, incluindo no Conselho Diretor um técnico em Contabilidade e duas profissionais mulheres. Ainda, vamos estabelecer mecanismos de apoio específicos para micros e pequenos empresários da contabilidade, em especial nas cidades-satélites; criar grupo de mobilização com os contabilistas egressos do projeto Contabilizando o Sucesso; e instalar uma Ouvidoria no CRCDF. A mobilização da classe para eleger um representante político no Congresso Nacional e na Câmara Legislativa também será destaque desta nova gestão.

CRCES

Presidente
Paulo Vieira Pinto




Assumimos, mais uma vez, o compromisso com a classe contábil capixaba de trabalhar em prol do fortalecimento da profissão, em busca de integração e do reconhecimento merecido. Dentro do planejamento para 2008/2009, estão eventos que buscam a qualificação e o desenvolvimento profissional, como: II Seminário da Micro e Pequena Empresa, VI Encontro da Mulher Contabilista/ES, XI Fórum dos Estudantes, V Fórum dos Professores e XX Convenção dos Contabilistas do Espírito Santo, além de cursos e palestras nas faculdades. Um evento importante em que já estamos atuando é a organização do VII Encontro Nacional da Mulher Contabilista, no qual o tempero capixaba já espera pelos participantes do país todo, para fazer de Vitória a capital nacional da contabilidade. Outro fato relevante que acontecerá nesta gestão é a mudança para a nova sede.

CRCAM

Presidente
Julio Ramon Marchiore Teixeira



Destacamos algumas metas, como: promover melhor comunicação com os profissionais; consolidar a importância e a participação social do Regional no Estado; continuar proporcionando meios de melhorar a qualificação dos contabilistas; e, principalmente, formar os arranjos necessários à construção da nova sede. Esses são objetivos importantes e plenamente alcançáveis, portanto, temos a convicção de que 2008 será um ano de grandes realizações.

CRCMA

Presidente
Celso Antônio Lago Beckman



Neste próximo biênio de 2008/2009, pretendemos consolidar ainda mais a presença do CRCMA e dos profissionais na participação efetiva da classe nos vários segmentos sociais, compartilhando das temáticas administrativas e políticas do nosso Estado. Além disso, buscaremos maior entrosamento com os conselhos e os sindicatos de outros segmentos profissionais. Também iremos maximizar a atuação do Regional no desenvolvimento de cursos e de treinamentos para a classe contábil em todo o Estado, com o intuito de que os profissionais estejam mais preparados para os desafios da profissão e do mercado de trabalho. Na fiscalização, iremos buscar as forças necessárias para fortalecer a profissão.

CRCBA

Presidente
Maria Constança Carneiro Galvão



Com a garra e determinação, iniciamos a gestão do biênio 2008/2009 com metas que consistem em fazer cumprir o Plano de Trabalho para o exercício, focando a qualificação profissional, por meio da educação continuada, tanto para os contabilistas quanto para os servidores do Regional. Além disso, temos como grande meta para a gestão a aquisição de um terreno para a construção de nova sede, garantindo, assim, um atendimento eficaz, eficiente e efetivo à classe contábil, com a qual temos o compromisso de servir com zelo, ética e transparência.

CRCMG

Presidente
Paulo Cezar Consentino dos Santos



Com o apoio de nosso Plenário, iremos direcionar a gestão 2008/2009 para: 1) educação continuada (dar prosseguimento aos cursos voltados para a gestão, como seminários, palestras e visitas às faculdades); 2) integral incentivo à utilização das ferramentas da informática, em nível de profundas alterações em nosso sítio, que será transformado em portal – pretendemos ampliar o número de informações disponibilizadas, fazendo com que o portal seja ponto de partida para as atividades diárias do contabilista mineiro, oferecendo, inclusive, a legislação estadual do ICMS, bem como treinamento a distância, na internet.

CRCGO

Presidente
Edson Cândido Pinto



A exemplo do que foi feito nos dois últimos anos, nossa meta é, em primeiro lugar, trabalhar incansavelmente pela categoria contábil. A construção de sedes das delegacias no interior do Estado, a Cooperativa de Crédito do Contabilista, o Curso de Mestrado em Goiás, entre outras, serão realizações que daqui a dois anos teremos contabilizado. A inserção dos profissionais no cenário político, com a eleição de colegas para o Executivo e o Legislativo, também será perseguida como forma de valorizar a profissão e a classe. Enfim, com uma gestão participativa, trabalharemos intensamente para elevar o profissional contabilista ao patamar que merece: de total destaque.

CRCMT

Presidente
Jorge Assef Filho



Destacamos algumas metas para os próximos anos: 1) educação continuada e formação de lideranças; 2) participação dos contabilistas nos espaços sociais em que a atuação técnica contábil possa agregar valor; 3) incrementar a fiscalização no sentido de defender as prerrogativas da profissão; 4) realização de eventos utilizando auditório próprio; 5) firmar novas parcerias institucionais e aprofundar as já existentes; 6) ampliar as parcerias com as instituições educacionais contábeis, com objetivo de participar da criação de cursos de Pós-Graduação; 7) criar convênios com estabelecimentos comerciais, financeiros e educacionais; 8) concluir a ampliação e reforma da sede do CRCMT; e 9) reestruturação e modernização do espaço físico.

CRCMS

Presidente
Alcyr Moreira Fernandes



O ano de 2007 foi especial para o CRCMS, período em que cumprimos nossas metas em relação à valorização profissional e organização institucional. Em 2008, assumimos a presidência do CRCMS ratificando nosso propósito de continuar esse trabalho. O Programa de Educação Continuada permanecerá sendo prioridade e buscaremos multiplicar as atividades a ele direcionadas em uma ação conjunta com instituições diversas – como, por exemplo, Sebrae, Receita Federal, INSS, Secretaria de Fazenda e Prefeituras –, nunca nos esquecendo dos objetivos primordiais de orientar, disciplinar e fiscalizar a profissão contábil. Com a colaboração do contabilista, por meio do pagamento em dia das anuidades, pretendemos realizar ações firmes e decisivas em prol de uma profissão justa e com oportunidades para todos, valorização e fortalecimento da profissão contábil e formação de um contador mais proativo.

CRCPB

Presidente
Edson Franco de Moraes



A nossa gestão, eleita para o biênio 2008/2009, tem o compromisso de dar continuidade aos trabalhos de transparência da coisa pública executados na gestão anterior, como também a ampliação do Programa de Fiscalização Preventiva – Educação Continuada, tendo como foco a oferta de cursos com 8 ou 16 horas, pretendendo, assim, intensificar a utilização da contabilidade como ferramenta gerencial e enfocando a área da “Tecnologia da Informação” para os contabilistas de todo o Estado. Em se tratando da gestão de pessoal do CRCPB, vamos procurar corrigir os pontos fracos, a fim de podermos buscar, por meio de treinamentos, a excelência dos serviços a serem prestados aos contabilistas e à entidade.

CRCPA

Presidente
Regina Célia Nascimento Vila Nova



Entre nossas metas para os próximos anos, destacamos, no aspecto estratégico, estabelecer parcerias com entidades afins no sentido de possibilitar ações que efetivamente contribuam com a valorização da profissão e do profissional da contabilidade; a implantação, no Pará, da representação da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), para estimular a pesquisa e a produção científica por meio da *Revista Paraense de Contabilidade*; e a ampliação da oferta de cursos, treinamentos e palestras, realizadas por ações próprias do CRCPA ou por meio de parcerias que fortaleçam a educação continuada do contabilista, possibilitando a atualização contínua dos seus conhecimentos e a qualidade dos serviços prestados aos usuários da informação contábil. No aspecto operacional, assumimos o compromisso de modernizar os serviços oferecidos e a comunicação entre o CRCPA, a classe contábil e a sociedade; suprir as delegacias do CRCPA de condições básicas para que possam exercer suas atividades; e ampliar ações da fiscalização do exercício ilegal da profissão por profissionais não habilitados.

CRCPE

Presidente
Osni Garcia de Lima



Com o início da gestão da nova Diretoria para o biênio 2008/2009, destacamos como principais projetos a serem desenvolvidos no CRCPE os seguintes: aquisição de terreno e início do processo de construção da nossa nova sede; intensificação da comunicação externa do CRCPE com a sociedade; criação de novos serviços de acesso ao contabilista via internet; criação de um cadastro e melhoria do controle da participação de estudantes nas atividades contábeis; incrementar os cursos de aperfeiçoamento técnico no interior do Estado; realizar concurso público para provimento de vagas existentes; consolidação da união com as entidades contábeis no Estado; implementação do projeto do CRC-Jovem, com participação de entidades de ensino; consolidação da representatividade obtida pelo CRCPE junto aos órgãos públicos; e fortalecimento das parcerias e convênios do CRCPE com instituições e empresas.

CRCPI

Presidente
Antônio Gomes das Neves



Elegemos como meta geral a valorização da classe contábil, focada em alguns aspectos: 1) implantar projetos voltados a contribuir com o controle e a transparência das contas públicas, garantindo a criação de controladorias públicas, que possam atuar de forma independente e eficaz; 2) garantir a participação em conselhos de órgãos públicos – trabalhar junto aos poderes Executivo e Legislativo, em nível estadual e municipal, a fim de viabilizar a participação da classe juntos aos órgãos e conselhos que discutam matéria de natureza contábil e de interesse da classe; 3) no processo de educação continuada, além dos cursos e treinamentos, é nosso propósito instalar grupos de estudos técnicos e de pesquisas em parceria com todas as Instituições de Educação Superior (IESs) e, ainda, promoção de eventos de motivação e empreendedorismo; 4) chamar os profissionais contábeis a participar e conhecer melhor o sistema CFC/CRCs, dando condições para que conheçam e opinem sobre a gestão; e 5) levar a sociedade a conhecer o papel e o serviço que a Contabilidade pode prestar, afastando a cultura de que é uma ciência voltada apenas ao registro de fatos contábeis.

CRCRS

Presidente
Rogério Costa Rokembach



Um dos grandes desafios da nossa gestão, em trabalho conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, estará voltado para o sucesso na realização do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, que, após mais de 50 anos, volta a acontecer no Rio Grande do Sul. Além dessa meta, cogitamos manter e ampliar o excelente trabalho de fiscalização feito. Nesse âmbito, destaca-se o programa Fiscalização Preventiva – Educação Continuada, que irá continuar e ainda ampliará seus projetos, promovendo cursos, palestras, *workshops*, mesas-redondas e, assim, beneficiar o maior número possível de registrados. Entendemos que está na capacitação do profissional a principal forma de ajudar a classe e, por consequência, a sociedade brasileira. Outra meta será a de preparar o CRCRS para o futuro. Dessa forma, fica o compromisso assumido de despender a máxima vontade e fazer mais ainda por nossos colegas contadores e técnicos em contabilidade.

CRCRJ

Presidente
Antonio Miguel Fernandes



A atuação do CRCRJ na área de educação continuada, em todo o estado, é uma de nossas prioridades. Além disso, visamos criar o Museu da Contabilidade e o Histórico dos Profissionais de nosso estado; dar continuidade ao relacionamento com o Poder Legislativo, para defender os interesses da classe; intensificar a fiscalização, para combater o leigo; e reforçar a assistência social aos profissionais contábeis registrados no CRCRJ, por meio do Instituto Cont-Ação. Também focaremos a interiorização das ações. Pretendemos, ainda, estabelecer parcerias com entidades e prefeituras para promoção de eventos, cursos e serviços de interesses dos profissionais contábeis e do empresariado local. Além disso, queremos aprimorar e ampliar os serviços prestados pelas delegacias aos profissionais. Com esse mesmo objetivo, temos a proposta de criar agências do Conselho no interior.

CRCSC

Presidente
Sérgio Faraco



Finalizaremos um plano estratégico para os próximos dois anos que contempla, por exemplo, projetos como o contabilizando o sucesso. Outra proposta é a constituição de uma comissão de integração estadual, composta por renomados profissionais da área contábil em cada região.

Serão oferecidos cursos de oratória, retórica e redação para todos os contabilistas do estado. Existe, a proposta de estender a duração das jornadas catarinenses de contabilidade, que são realizadas nas principais cidades do estado, de um para dois dias.

Queremos, ainda, intensificar a área de publicações, com o lançamento de manuais para o setor de pessoal e a área de procedimentos fiscais. Temos interesse de criar uma cartilha para a sociedade, orientando-os sobre como fazer a contabilidade familiar. Propomos, também, a realização de eventos voltados à contabilidade ambiental.

CRCPR

Presidente
Paulo Cesar Caetano de Souza



Alinhamos na nossa agenda de mandato multiplicadas metas, visando, sobretudo, impor como ponto maior a unidade da classe contábil, tanto no plano científico, como no âmbito das relações políticas e na valorização profissional. Entendemos que o caminho do sucesso do contabilista passa pela ética, pelo constante aprimoramento intelectual, pelo sentido de cidadania e pela participação cada vez mais efetiva do profissional contábil na vida do País. Nossos projetos para os próximos anos incluem muitos outros momentos que serão creditados em benefício da comunidade contábil e da sua progressiva grandeza pelo que representa e sempre representou no seu relevante ofício.

CRCRN

Presidente
Maria do Rosário de Oliveira



As principais metas de nossa nova gestão estão voltadas para a valorização da classe. Nossos objetivos, agora, são investir na fiscalização preventiva; incentivar novos registros; estreitar os laços profissionais com os órgãos públicos municipais, estaduais e federais, além dos órgãos de classe; reativar a Academia Norte-rio-grandense de Ciências Contábeis e investir na educação continuada. A gestão será "para", "por" e "pelo" contabilista. Por ele, dedicaremos todo o nosso profissionalismo e amor pela classe contábil.

CRCSE

Presidente
Romualdo Batista de Melo



Pretendemos dar continuidade aos projetos de valorização profissional, bem como lançar novas ações que permitam um avanço na carreira dos contabilistas. Na gestão passada, realizamos vários projetos voltados para a classe contábil, como os cursos de qualificação profissional destinados a estudantes e contabilistas atuantes no mercado de trabalho, além de palestras, seminários e fóruns. Destacamos ainda a manifestação de apoio obtida de órgãos do governo estadual, em especial da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), com qual realizamos uma parceria que resultou na promoção de várias palestras em algumas cidades do interior sergipano e possibilitou novos conhecimentos e uma grande oportunidade para debater, diretamente com os técnicos do governo, os principais assuntos ligados ao dia-a-dia do contabilista.

CRCTO

Presidente
Flávio Azevedo Pinto



Além das ações de registrar e de fiscalizar o exercício da profissão contábil, temos as seguintes metas para este ano: construção da nova sede; contratação dos aprovados no concurso público; realização de vários cursos e eventos, visando ao aperfeiçoamento dos profissionais, de acordo com a demanda da classe; promoção da III Convenção de Contabilidade do Tocantins; e, entre outras, o fortalecimento das parcerias e a conquista de novos aliados.

CRCRO

Presidente
José Domingos Filho



Na nossa proposta de trabalho para o biênio 2008/2009 constam as seguintes metas: 1) incrementar a educação continuada, por meio de seminários e encontros regionais e cursos de curta duração; 2) incrementar a orientação, a disciplina e a fiscalização do exercício da profissão contábil; 3) ampliar a estrutura de apoio logístico da sede, subsele e delegacias regionais; 4) dinamizar a publicidade das atividades do CRCRO e do profissional da contabilidade; 5) fortalecer as relações institucionais do CRCRO; 6) desenvolver ações sociais junto à classe contábil; 7) incrementar a gestão financeira e administrativa dos recursos dos contabilistas; 8) incentivar e atrair talentos em Ciências Contábeis, propagando as Ciências Contábeis como instrumento de cidadania.

CRCRR

Presidente
José Alves Pereira



Entre as ações permanentes do CRCRR estão a fiscalização da profissão, evitando que pessoas não qualificadas e regularizadas concorram com profissionais da área, e a realização de um programa constante de educação continuada para os contadores. Também temos como grande desafio para este biênio cumprir as metas traçadas, entre elas: a criação da Sala do Contabilista, que é um projeto inovador e vem sendo planejado há algum tempo; e a implantação de mestrado em contabilidade, um trabalho a ser feito em conjunto com Instituições de Educação Superior do Estado. O CRC já conta com parcerias com algumas IESs e, ainda, com o Sebrae, Junta Comercial e Sindicato das Empresas Contábeis, Assessoramento, Perícia, Informação e Pesquisa do Estado de Roraima (Sescon/RR), entre outras.

CRCSP

Presidente
Sergio Prado de Mello



Com o lema "Contabilidade: sustentabilidade das empresas", temos como destaque em nosso Plano de Trabalho dar continuidade ao Planejamento Estratégico; a ampliação da sede do CRCSP, com a reforma do vizinho prédio adquirido; a terceirização da frota de veículos; a criação de uma rádio e de uma TV do CRCSP, para melhorar a comunicação com os profissionais; e transformar o Boletim CRCSP em eletrônico. Além disso, vamos reeditar o livreto *O que somos* e, ainda, dar continuidade aos cursos, às palestras e às convenções regionais. A nossa gestão incentivará a ecologia e adotará o crédito de carbono nos eventos que realizar, para amenizar o efeito estufa e melhorar a qualidade de vida, incentivando a ecologia.

Fotos: Divulgação

A Lei n.º 11.638/07 e a classe contábil brasileira

Contador Nelson Mitimasa Jinzenji

Após tramitar durante oito anos no Congresso Nacional como o Projeto de Lei n.º 3.741, de 2000, foi promulgada, em 28 de dezembro de 2007, a Lei n.º 11.638. Essa lei altera e revoga, entre outros, dispositivos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, especialmente no que se refere aos aspectos contábeis tratados pela lei das sociedades por ações; da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976; e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Entre as alterações feitas, têm-se:

a) a revogação da demonstração de origens e aplicações de recursos e a inclusão da demonstração do fluxo de caixa – não obrigatória para as companhias fechadas com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 –, bem como a instituição da demonstração do valor adicionado, obrigatória para as companhias abertas.

b) a possibilidade de a companhia vir a elaborar demonstrações para fins tributários na escrituração mercantil, desde que sejam efetuados em seguida lançamentos contábeis adicionais que assegurem a preparação e a divulgação de demonstrações financeiras com observância do disposto no *caput* do art. 177 da Lei n.º 6.404/76, devendo ser essas demonstrações auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, não podendo esses lançamentos contábeis adicionais servirem de base de incidência de impostos e contribuições e nem ter quaisquer outros efeitos tributários.

c) a obrigatoriedade de as normas expedidas pela CVM serem elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

d) a divisão do ativo permanente em investimentos, imobilizado, intangível e diferido, com a conseqüente alteração do modo de classificação das contas no ativo imobilizado, no diferido e no intangível.

e) a divisão do patrimônio líquido em capital, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados, revogando-se as reservas

de capital relativas ao prêmio recebido na emissão de debêntures e as relativas às doações e subvenções para investimentos (para as quais foi criada a Reserva de Incentivos Fiscais – art. 195-A); a revogação da reserva de reavaliação e dos lucros acumulados, com a conseqüente necessidade de destinação integral do lucro apurado entre reservas e distribuição aos acionistas.

f) os critérios de avaliação de ativos: 1. aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos que serão pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas a negociação ou disponíveis para venda, ou pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito; 2. os direitos do intangível, pelo custo incorrido na aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização; 3. os elementos do ativo decorrente de operações de longo prazo, ajustados a valor presente e os demais ajustados quando houver efeito relevante.

g) os critérios de avaliação do passivo em que as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo deverão ser ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

h) a revogação da participação de partes beneficiárias e a obrigatoriedade de registro como despesa, das participações de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros.

i) contabilização pelo seu valor de mercado, dos ativos e passivos de sociedade a ser incorporada ou decorrente de fusão ou cisão, nas operações de incorporação, fusão ou cisão realizadas entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle.

j) alteração no critério de mensuração da participação em empresas coligadas, em controladas e outras sociedades de um mesmo grupo ou sob controle comum, para fins de avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

Estendeu às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedade por ações, as disposições da lei das sociedades

por ações sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na CVM.

Apesar de contido na ementa, a lei é omissa quanto à divulgação pelas sociedades de grande porte, fato que certamente prejudicará sobremaneira a transparência das atividades dessas sociedades empresariais perante a sociedade civil e a comunidade em que atuam.

Incluiu o art. 10-A à Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, em que autoriza a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras a celebrar convênio com entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, podendo adotar, no todo ou em parte, os pronunciamentos e demais orientações técnicas emitidas.

Tendo em vista o longo prazo de tramitação do projeto de lei no Congresso Nacional, e considerando a necessidade de que a entidade a que se refere o incluso art. 10-A da Lei n.º 6.385/76, já previsto no Projeto de Lei n.º 3.741/2000, fosse uma realidade quando da aprovação da lei, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC criou, por meio da Resolução CFC n.º 1.055, de 7 de outubro de 2005, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, composto pelas seguintes entidades: Abrasca – Associação Brasileira das Companhias Abertas; Apimec Nacional – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais; Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo; CFC – Conselho Federal de Contabilidade; IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil; e Fipecafi – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. O Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC deverá levar sempre em conta a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais no cumprimento de seus objetivos institucionais.

As alterações realizadas pela Lei n.º 11.638, no que se refere aos aspectos contábeis, representam um gran-

de avanço para a classe contábil brasileira, pois objetivam, ao final, a convergência das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais, ao dispor no § 5º do artigo 177 que as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM deverão ser elaboradas em consonância com esses padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

Entender que as alterações processadas pela Lei n.º 11.638/07 só se aplicam às sociedades por ações e às sociedades de grande porte é ter uma visão distorcida da necessidade de inserção do Brasil no mundo globalizado.

Evidentemente, as médias e pequenas sociedades brasileiras, se assim lhes for mais conveniente, também podem e devem buscar no mercado externo os recursos necessários à expansão de seus negócios. E nesse contexto a convergência contábil também para essas empresas será imperiosa.

Assim, esse dispositivo legal impõe ao profissional de contabilidade a necessidade de se familiarizar com as normas internacionais de contabilidade, e ao Conselho Federal de Contabilidade a responsabilidade de promover a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais de contabilidade, bem como a sua disseminação junto aos profissionais, para que assim possa cumprir em sua plenitude uma das atribuições que lhe são conferidas por lei, a de fiscalizar o exercício da atividade contábil no País.

Nelson Mitimasa Jinzenji é vice-presidente Técnico do CFC.



Grupo do CFC contribui com a CVM em audiência pública

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) criou um grupo de estudo com o objetivo de oferecer contribuição à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em função do processo de implantação das alterações previstas na Lei n.º 11.638/07, que mudou dispositivos da Lei n.º 6.404/76 sobre matéria contábil – a lei nº 11.638/07 entrou em vigor em 1º de janeiro deste ano. O grupo se reuniu no dia 21 de janeiro e elaborou um documento, que foi enviado à CVM.

O trabalho do grupo do CFC, segundo seus membros, apresentou-se em conformidade, de maneira geral, com as disposições contidas no “Comunicado ao Mercado”, expedido pela CVM no dia 14 de janeiro, abrindo audiência pública para tratar da lei. Ratificando as considerações feitas pela Comissão de Valores Mobiliários nesse comunicado, o grupo do CFC manifestou-se pelo entendimento de que, após a entrada em vigor da lei, iniciou-se um novo ciclo, “que requererá grandes esforços no sentido de regular, orientar e fornecer informações necessárias ao aprendizado e, principalmente, para a aplicação tempestiva da nova lei”.

A seguir, publicamos as contribuições enviadas à CVM constantes do documento elaborado pelo grupo de estudo do CFC:

“Não obstante os esforços até aqui despendidos na implantação das alterações requeridas pela Lei n.º 11.638/07, elencamos, a seguir, resumidamente, nossas sugestões, as quais entendemos que deveriam, ainda, ser consideradas:

- As alterações produzidas pela Lei n.º 11.638/07, no § 2º, incisos I e II do art. 177 da Lei n.º 6.404/76, possibilitam que a escrituração mercantil seja elaborada adotando-se diretamente os novos procedimentos incorporados à lei societária ou, alternativamente, partindo de uma escrituração mercantil tributária, que, posteriormente, seria ajustada para refletir na escrituração mercantil as normas contábeis da legislação societária. Nesse contexto, em face das dúvidas que vêm sendo suscitadas pelo mercado, no que tange à aplicação desse

dispositivo, entendemos que a CVM, em conjunto com Receita Federal do Brasil (RFB), deva elaborar normas orientando a preparação das demonstrações financeiras para fins tributários, base para emissão das demonstrações financeiras para fins societários, tendo em vista as novas condições e peculiaridades incorporadas pela nova Lei, em especial, os ajustes para harmonização de normas contábeis conforme previsto no § 7º do art. 177. Adicionalmente, que sejam também normatizados, uma vez escolhida a opção do citado inciso I, os ajustes que devem ser efetuados para se obter o resultado para fins fiscais. Também, deve ser enfatizada a obrigatoriedade de submeter à auditoria independente as demonstrações financeiras para fins tributários para todas as empresas que optarem pelo mencionado inciso II, com o objetivo de resguardar a adequada elaboração das referidas demonstrações.

- Quanto ao intangível, previsto no art. 178, § 1º, alínea ‘c’ da Lei n.º

6.404/76, entendemos que a Deliberação CVM n.º 488-05 necessita ser detalhada para comportar os critérios de mensuração e avaliação do intangível, adequando-se, portanto, à norma do IAS 38.

- O Diferido, de que tratam os arts. 178, § 1º, alínea ‘c’, 179, inciso V, 183, inciso VI, da Lei n.º 6.404/76 deve ser regulamentado para alinhar-se às normas internacionais, onde a sua utilização é mais restrita.
- Os ajustes a valor de mercado, relativos a títulos em negociação de que trata o art. 183, inciso I, letra a, da Lei n.º 6.404/76 devem ser registrados diretamente no resultado do exercício, em linha com a norma internacional.
- Dada a complexidade dos novos requisitos, a multiplicidade de combinações de negócios e os investimentos que o Brasil vem e pretende continuar recebendo, seria de extrema importância a imediata regulamentação do art. 226, da Lei n.º 6.404/76, a ser emitida com base nas normas internacionais, uma vez que as nossas atuais normas contábeis não possuem a abrangência necessária.

- À vista da inserção no ordenamento jurídico brasileiro, da obrigatoriedade da sociedade de grande porte, a que se refere o art. 3º da Lei n.º 11.638/07, de escriturar e elaborar demonstrações financeiras de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, bem como de ter obrigatoriamente suas demonstrações financeiras auditadas por auditores independentes, seria conveniente que se disciplinassem as formas de controle e aplicação plena para esse artigo, inclusive quanto à forma de divulgação, se for o caso, das demonstrações financeiras.
- Em face das alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, o mercado deveria ser esclarecido sobre:
 - os procedimentos contábeis para o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2008; e
 - a necessidade de ajuste retrospectivo das demonstrações financeiras de 2007 para fins de comparação com as de 2008, nos moldes requeridos pela Deliberação CVM n.º 506/06.”

CFC aprova Pronunciamento CPC 02 e CVM edita Deliberação

O Pronunciamento CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que editou e publicou a respeito, no dia 31 de janeiro, a Deliberação n.º 534/08.

O Pronunciamento, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no fim do ano passado, estabelece procedimentos de contabilização e divulgação de transações em moeda estrangeira e operações no exterior nas demonstrações contábeis de uma companhia no Brasil. O pronunciamento também traz os procedimentos sobre conversão das demonstrações contábeis de

entidades no exterior para a moeda de apresentação nas demonstrações contábeis no Brasil e ainda esclarece como converter as demonstrações contábeis de entidade no Brasil em outra moeda.



Segundo a CVM, “as determinações desse Pronunciamento se aplicam somente para as demonstrações anuais a serem encerradas a partir de dezembro de 2008, não aplicável, portanto, às ITRs de 2008. No

entanto, conforme já informado em nosso ‘Comunicado ao Mercado’ sobre a Lei n.º 11.638/07, as companhias que tiverem condições e que pretenderem aplicar antecipadamente naquelas ITRs as alterações introduzidas, poderão fazê-lo desde que: (i) contemplem todas as alterações previstas na nova lei, tendo como base as normas emitidas pelo IASB que tratam da matéria e (ii) divulguem, em nota explicativa, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes dessas alterações”.

O conteúdo integral do Pronunciamento está disponível no site do CPC: www.cpc.org.br. Informações sobre a Deliberação CVM n.º 534/08 estão na página da autarquia federal: www.cvm.gov.br.

Seminário de Gestão mobiliza conselheiros do CFC



Acácio Pinheiro

Os conselheiros participaram de atividades em grupo

A preocupação com a qualidade dos serviços que são prestados aos contabilistas e, inclusive, à sociedade, passando pelo efetivo atendimento às demandas dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), com foco principal em registro e fiscalização, foi o principal motivo para a realização do Seminário de Gestão para Conselheiros do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O evento ocorreu nos dias 23 e 24 de janeiro, em Brasília, e contou com a presença dos membros efetivos e suplentes do Plenário – que este ano teve renovação de um terço –, e com os coordenadores de áreas do CFC.

“A nossa palavra-chave, hoje, é integração; não podemos nos esquecer em momento algum que formamos uma equipe e que precisamos estar sempre juntos”, afirmou a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, na abertura do Seminário. Ela fez esse chamado à participação constante de todos os conselheiros, efetivos e suplentes, para que o nível de qualidade dos serviços prestados pelo Sistema CFC/CRCs possa evoluir cada vez mais. “Temos percebido que o grau de exigência da sociedade vem aumentando e o nosso trabalho tem que estar sempre à frente”, completou.

Além de promover a integração entre o corpo de conselheiros, principalmente em função da chegada de novos membros, o Seminário também teve a fina-

lidade de realizar o alinhamento estratégico do CFC, suas vice-presidências e coordenadorias, com todo o Plenário, visando alcançar maior sinergia nas ações a serem implementadas.

Em meio a dinâmicas em grupo para entrosamento e sensibilização, houve a apresentação das premissas do Planejamento Estratégico do CFC, elaborado durante a gestão do ex-presidente José Martonio Alves Coelho (2004/2005). Também foram expostos, debatidos e validados os valores que norteiam a gestão atual do CFC: ética no trabalho, companheirismo, responsabilidade profissional e social, compromisso, confiança, transparência, respeito e trabalho perseverante. Ainda, foram apresentados os projetos e as ações previstos para 2008 e, com a participação direta dos conselheiros, foi construído o mapa estratégico do Sistema CFC/CRCs.



Acácio Pinheiro

Grupos de trabalho formados por conselheiros

Novos Conselheiros

Em novembro de 2007, foi realizada a eleição para a renovação de um terço do Plenário do CFC. Entre os eleitos, alguns são ex-presidentes dos Conselhos Regionais de Contabilidade e outros tiveram participação na direção dos CRCs. A seguir, três conselheiros “novatos” no Plenário do CFC falam a respeito da importância de um evento como o que foi realizado:

“A grande importância desse Seminário, principalmente para nós que estamos chegando agora no CFC, é a integração que podemos ter com os demais conselheiros e funcionários do Conselho Federal, e também para que possamos entender a filosofia e a metodologia aplicadas pelo CFC para atingir os seus objetivos. Também considero essa iniciativa importante para que possamos levar essa imagem aos Conselhos Regionais e aos contabilistas que atuam na nossa região. Aqui tomamos conhecimento da importância, da grandiosidade e das estratégias que estão sendo planejadas, dos eventos que estão sendo preparados e das atitudes que estão sendo tomadas dentro do CFC, com a finalidade de otimizar sempre o relacionamento com os contabilistas, demonstrando realmente que

este é o local onde eles vão ter sempre resguardados os seus interesses.” (Técnico em Contabilidade Mário César de Magalhães Mateus (MG) – conselheiro suplente).

“Essa iniciativa é de grande valia porque nos ajuda a conhecer, principalmente, os objetivos que se quer alcançar dentro da atual gestão, além de proporcionar integração entre os conselheiros e a equipe do CFC.” (Técnico em Contabilidade José Cleber da Silva Fontineles (AC), conselheiro efetivo).

“Esse evento foi muito importante porque me permitiu, pessoalmente, conhecer um pouco mais o conjunto dos conselheiros da casa e ter uma idéia da visão que o Conselho Federal tem para os próximos



Acácio Pinheiro

Integrantes do Plenário do CFC assistiram a palestras sobre o planejamento estratégico

dois anos de gestão. Esse conhecimento é importante porque permite aos conselheiros ter uma sintonia com o CFC e, com isso, também ter oportunidade de repassar ao Conselho Regional, no meu caso o CRCRJ, a visão de gestão e de planejamento do Federal. Assim nós poderemos avaliar, nos Regionais, de que forma vamos nos inserir nesse contexto para termos um sistema funcionando de forma orgânica, adequada, visando o máximo de benefício possível para a classe.” (Contador Francisco José dos Santos Alves (RJ), conselheiro efetivo).

Presidentes dos CRCs discutem Planejamento Estratégico do Sistema

Os presidentes dos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) participaram, nos dias 28 e 29 de fevereiro, em Brasília, do Seminário de Reflexão Estratégica do Sistema CFC/CRCs. A realização do evento, promovida pelo Conselho Federal de Contabilidade, surgiu da necessidade de envolver os presidentes, que iniciaram este ano novas ges-

tões, no processo de planejamento do Sistema.

Desde 2004, o CFC vem desenvolvendo um trabalho de Planejamento Estratégico, visando buscar melhorias para o sistema que reúne o CFC e os 27 CRCs. Essa etapa com os presidentes compreende um importante passo para a materialização do processo, já que os

Conselhos Regionais são os responsáveis diretos pela execução das ações que impactam no dia-a-dia dos contabilistas.

Dessa forma, os principais objetivos do Seminário serão o alinhamento das diretrizes estratégicas do Sistema CFC/CRCs com todos os presidentes e o levantamento de subsídios para a construção do

“mapa estratégico” do Sistema. Esse mapa deverá nortear a totalidade de projetos e ações de fortalecimento do CFC e dos CRCs, conjuntamente, nos próximos anos. Além disso, permitirá a montagem de um modelo de monitoramento e de acompanhamento para verificar se as diretrizes estratégicas estão sendo materializadas de fato.

Prêmio Internacional de Produção Científica Contábil Prof. Dr. Antônio Lopes de Sá

No período de 17 a 19 de outubro de 2007, ocorreu a VI Convenção de Contabilidade do Estado de Minas Gerais e em seu encerramento aconteceu a solenidade de entrega do Prêmio Internacional de Produção Científica Contábil Prof. Dr. Antônio Lopes de Sá. O Prêmio foi realizado pelo Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG), Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), e apoio da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas de Portugal (CTOC).

O trabalho *Normatização Contábil: Fator de Transparência e Fidelidade da Informação*, de autoria dos contabilistas José Maria Paixão Filho e Cleber Augusto Pereira, ambos maranhenses, foi agraciado com o primeiro lugar na categoria científico-filosófica do prêmio, recebendo dez mil reais.

O trabalho premiado apresenta pesquisa científica realizada na Serra da Capivara acerca de inscrições rupestres direcionadas à Contabilidade. Foi utilizada a abordagem sistêmica contábil voltada para as questões das normas contábeis que evidenciam transparência e fidelidade. Na abor-

dagem apresentada, foram feitas considerações sobre a evolução do conhecimento no que se refere aos modelos de registros utilizados. Tendo como ponto de partida as inscrições do homem pré-histórico do nordeste brasileiro, ênfase é dada à utilização do papiro e a sua importância no contexto do processo contábil. A seguir, destaca-se a mecanografia – que teve papel importante na história da tecnologia contábil –, para se chegar afinal à era da informática, a qual, mesmo com suas complexidades, vive um momento de grande importância na Ciência Contábil. Em todo o processo sistêmico abordado na pesquisa, foi observada a importância da evolução das normas e seus preceitos, o que, em que pesem certas

críticas, é relevante em alguns momentos para a efetivação de determinantes em questões contábeis. Os autores ressaltaram, ainda, a importância dos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no estudo das normas brasileiras, pois, na opinião deles, não devemos esquecer que somos importadores de capital estrangeiro. Enfim,

nesse conjunto de idéias e de pensamentos, os autores premiados observaram que os caminhos da transparência e da fidelidade da normatização contábil partem não só da conscientização profissional de todos os contadores, mas da melhoria dos padrões existentes e da busca de socialização da informação contábil.



O presidente do CRCMG, Paulo Cezar Consentino dos Santos; professor Antônio Lopes de Sá; e os vencedores do prêmio

Fiscalização profissional: trabalho de relevância e de persistência

A fiscalização do exercício profissional é uma das missões do CFC, que tem por objetivo direcionar a linha mestra das políticas de fiscalização e de controle das ações desenvolvidas pelos Conselhos Regionais de Contabilidade. No início desta nova gestão, o vice-presidente Enory Luiz Spinelli faz um balanço do trabalho de fiscalização desenvolvido pelo CFC em 2007 e apresenta as principais diretrizes para 2008.

Para o vice-presidente, o resultado alcançado no ano de 2007 pode ser considerado satisfatório: “Vencemos o cronograma das metas dos projetos, estabelecidas com os Regionais, de apoio, orientação, acom-

panhamento e capacitação de fiscais; e realizamos o curso especial de duas semanas voltado aos procedimentos de fiscalização na área da auditoria e perícia e do programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE), entre outras atividades”.

Além disso, Enory Spinelli ressalta dois pontos que entende como centrais na área de fiscalização. Primeiro, as atividades executadas com as organizações contábeis, exigindo-se a apresentação do livro diário da contabilidade dos clientes e das respectivas Demonstrações Contábeis, em observância à legislação vigente e às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs). “Esse trabalho demanda persistência e um processo contínuo de conscientização profissional”, destaca. O segundo ponto citado pelo vice-presidente é a Decore, “quanto à formalidade e à fiel comprovação do rendimento, como também do ponto de vista da ética profissional, a confirmação quanto ao valor declarado, sendo um documento tecnicamente idôneo”.

Entre outras considerações, ele frisa a intensa atividade da Câmara, em função do volume de processos julgados em grau de recurso – 2.032

processos –, um trabalho que exige dos conselheiros conhecimento da legislação profissional, responsabilidade ética e zelo. “Assim, encerramos o ano de 2007 com baixo nível de processos em estoque – 181”, informa Spinelli, salientando, ainda, a coleta de sugestões para a revisão da Resolução CFC n.º 949/02 junto aos Conselhos Regionais e conselheiros, com conclusão prevista para este ano, assim como a participação da área de fiscalização em eventos nacionais.

Metas para 2008

“Vamos permanecer atentos para garantir que o exercício da contabilidade seja executado dentro dos parâmetros legais da profissão”, afirma o vice-presidente. Para tanto, ele anuncia que, em 2008, haverá a continuidade de projetos, como o de acompanhamento, apoio e orientação ao setor de fiscalização e às Câmaras dos Regionais. No Plano de Trabalho, Spinelli destaca a realização do Seminário de Vice-presidentes de Fiscalização, que terá por finalidade estimular ainda mais as ações

da fiscalização, tanto a preventiva como a ostensiva, principalmente num momento de grandes mudanças no campo do exercício profissional, em consonância com as diretrizes traçadas no planejamento das atividades do CFC em conjunto com os Regionais. “O objetivo é reforçar a fiscalização do Sistema na exigência da contabilidade, de suas práticas e demonstrações”, acrescenta.

Também estão previstas para 2008 as revisões do Manual de Fiscalização, do Manual de Procedimentos Processuais e da Resolução CFC n.º 872/2000, que instituiu a Decore; a realização de palestras em Instituições de Educação Superior (IESs) e em entidades da classe contábil; a publicação de material didático de fiscalização preventiva, atividade que será desenvolvida em conjunto com as Vice-presidências de Desenvolvimento Profissional e Técnica, levando-se em conta a convergência aos padrões internacionais de contabilidade e as mudanças da Lei n.º 11.638/07, estabelecendo um novo marco para a contabilidade no Brasil, o fortalecimento de nossas instituições e o conhecimento contábil como forma de valorização profissional.



Divulgação

Vice-presidente de Fiscalização do CFC, Enory Luiz Spinelli

NBCs aplicadas ao setor público estão em audiência pública

O Conselho Federal de Contabilidade disponibilizou, para conhecimento e oferecimento de sugestões, todas as minutas das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) aplicadas ao setor público. As dez propostas de normas (veja quadro ao lado) foram preparadas pelo Grupo de Estudo da Área Pública, instituído pelo CFC, e permanecerão em audiência pública até o dia 24 de março.

Cinco minutas já estavam em audiência pública desde novembro de 2007 (NBC T 16.1, NBC T 16.2, NBC T 16.4, NBC T 16.5 e NBC T 16.6). No dia 27 de fevereiro, outras cinco normas foram também disponibilizadas (NBC T 16.3, NBC T 16.7, NBC T 16.8, NBC T 16.9 e NBC T 16.10).

As contribuições podem ser encaminhadas por e-mail (ap. nbc@cfc.org.br) ou enviadas ao endereço do CFC (SAS Quadra 5, Bloco J, Edifício CFC, 10º andar - CEP 70070-920 - Brasília, DF). As manifestações deverão ser fundamentadas, concisas, objetivas e com referência ao item da norma específica. É necessária a identificação pessoal ou, se for o caso, da entidade que o remetente representa. As sugestões relativas à inclusão ou à alteração, parcial ou total, de itens das normas serão registradas de forma a preservar a integridade de seus conteúdos e servirão de subsídios ao aprimoramento do ato regulamentar a ser editado pelo CFC.

As sugestões recebidas e as manifestações de dúvidas e de es-

clarecimentos serão analisadas em reunião pelos membros do Grupo de Estudo da Área Pública. Esse grupo é formado por profissionais de contabilidade que atuam na área pública e são oriundos de órgãos

públicos federais, estaduais e municipais, a exemplo da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); Tribunais de Contas dos estados; entidades paraestatais; e professores universitários.

Norma	Descrição
NBC T 16.1	Conceituação, objeto e campo de aplicação
NBC T 16.2	Patrimônio e sistemas contábeis
NBC T 16.3	Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil
NBC T 16.4	Transações no setor público
NBC T 16.5	Registro contábil
NBC T 16.6	Demonstrações contábeis
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.8	Controle Interno
NBC T 16.9	Depreciação, Amortização e Exaustão
NBC T 16.10	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público

Registro avalia trabalho e traça planos para 2008

A Vice-presidência de Registro do Conselho Federal de Contabilidade foi criada pela Resolução CFC n.º 1.065/05 e instalada em janeiro de 2006, para tratar de forma mais profunda das matérias inerentes à área. Nesses dois primeiros anos, a vice-presidência ficou a cargo do contador Antônio Augusto de Sá Colares. A atual vice-presidente de Registro, contadora Luci Melita Vaz, que assumiu o cargo em janeiro de 2008, apresenta, a seguir, os principais projetos para este ano.

No plano de trabalho, estão previstas várias ações que visam cumprir as atividades-fim do Sistema CFC/CRCs nessa área. Foram programados seminários e treinamentos nos Conselhos Regionais de Contabilidade

e está previsto o desenvolvimento de projetos que abordam a melhoria da qualidade dos procedimentos de registro nos CRCs. Também deverão ser feitas a revisão do Manual de Registro e a criação do Manual de Uso do Sistema Cadastral, entre outras atividades. Além disso, haverá uma campanha permanente pela adesão dos contabilistas ao projeto da Nova Carteira de Identidade Profissional (veja box).

Balço da primeira gestão

Função essencial do CFC, conforme a Lei de Regência (Decreto-Lei n.º 9.295/46), a área de Registro, ao lado da de Fiscalização, recebeu, em 2007, recomendação para a certificação da ISO 9001:2000. Nesse ano, também ganhou destaque a implantação do projeto da Nova Carteira de Identidade Profissional, cujo objetivo principal é atender demandas atuais para o exercício da profissão, especialmente os serviços eletrônicos disponibilizados pelo Governo.

Em 2006 e 2007, foram julgados 214 processos na Câmara de Registro, órgão deliberativo vinculado à Vice-presidência e também criado pela Resolução CFC n.º 1.065/05. A Câmara é integrada por cinco conselheiros efetivos e igual número de suplentes e é coordenada pelo vice-presidente da área.

Entre os trabalhos realizados

nesses dois anos, destacaram-se o acompanhamento e o apoio aos setores de Registro dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs); a realização de treinamento aos funcionários desses setores, atingindo 147 pessoas treinadas; a atualização da legislação da área com edição das Resoluções CFC n.º 1.097 e n.º 1.098, ambas de 2007; a promoção de reuniões de vice-presidentes de Registro do Sistema CFC/CRCs, com participação de todos os titulares da área dos Regionais; a realização do Seminário de Registro do Sistema, em março de 2006, que contou com a participação total dos vice-presidentes; e, entre outros trabalhos, a verificação e correção de mais de três

mil inconsistências cadastrais (duplicidades) e outras correções nos cadastros dos CRCs.



Divulgação

Ex-vice-presidente de Registro do CFC, Antônio Augusto de Sá Colares



Divulgação

Vice-presidente de Registro do CFC, Luci Melita Vaz

Nova Carteira

Em todos os Estados, os contabilistas estão solicitando a troca da carteira pelo novo modelo. Lançada em setembro de 2007, a Carteira de Identidade Profissional é fabricada em cartão rígido, com um dos mais modernos e avançados sistemas de segurança antifraudes, e contém um chip criptográfico – dispositivo que possibilita a inserção do Certificado Digital. Ao solicitar a Carteira, o contabilista receberá um ano de certificação digital grátis, uma facilidade disponibilizada pelo CFC em parceria com a AC Fenacon Certisign.

Para a vice-presidente de Re-

registro, Luci Melita Vaz, o novo documento representa um marco de inovação tecnológica para a profissão contábil. “Com a carteira, os profissionais poderão ter várias facilidades no dia-a-dia, em suas rotinas, como o acesso aos serviços eletrônicos do governo, o que torna o trabalho mais ágil e dinâmico”, afirma.

Para solicitar a nova carteira, o contabilista deve acessar o site do CFC (www.cfc.org.br) e clicar no banner correspondente. A partir daí, basta seguir as instruções que estão descritas. A taxa de expedição é de 35,00 reais.

Comissão Administradora já prepara o 8º EQT

A Comissão Administradora do 8º Exame de Qualificação Técnica (EQT) iniciou os trabalhos de elaboração do edital e da preparação das questões que comporão as provas do próximo EQT. Prevista para ser aplicada no mês de junho, a oitava edição do Exame terá o edital divulgado em abril, cumprindo o prazo legal de 60 dias de antecedência para a publicação.

Até 2007, o EQT era realizado

semestralmente. Porém, a partir deste ano, em decorrência da aprovação da Resolução CFC n.º 1.109/07 pelo Plenário do Conselho Federal de Contabilidade, o Exame passará a ter apenas uma edição anual. A medida foi necessária porque o número de auditores do País não justifica a aplicação de duas provas por ano, o que pode ser constatado com a demanda decrescente registrada nas últimas edições.

Desde que foi criado, o Exame de Qualificação Técnica já aprovou mais de 1.800 profissionais. A aprovação no Exame de Qualificação Técnica é uma exigência da Comissão de Valores Mobiliários (Instrução CVM no 308/99) para todos que desejam obter registro na autarquia para atuar em auditoria independente no âmbito do mercado de capitais. Da mesma forma, o Banco Central do Brasil (Resolução

n.º 3.198/04) exige a comprovação para os responsáveis, diretores, gerentes, supervisores e qualquer contador com função de gerência, envolvidos em trabalhos de auditoria independente em instituições financeiras. O EQT também atende a exigência da Superintendência de Seguros Privados (Resolução CNSP n.º 118/04) de aprovação no Exame para auditores independentes que atuam nas instituições que regula.

IRPF 2008: Mudanças que irão afetar o contribuinte!

Técnico em contabilidade Mário César de Magalhães Mateus

Muito cuidado, contribuinte, com o fim da CPMF, pois 2008 não será um ano de perda de receita fiscal para o Governo. Na realidade, 2008 seguirá a esteira dos últimos anos, nos quais a receita fiscal cresceu sucessivamente, batendo recordes de arrecadação. E, em 2008, podem apostar, não será diferente: mais uma vez o recorde será quebrado.

Quando se fala em imposto, a natural reação do cidadão – sobrecarregado pela carga tributária – é a de aversão. Todos fazem cara feia, manifestam descontentamento e acabam deixando para depois, isto é, adiam a hora de pôr os dados no papel e atender, assim, às exigências do fisco. Esse, historicamente, é o comportamento da maioria dos contribuintes brasileiros, principalmente quando se trata de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), cuja entrega tem início em primeiro de março e termina no último dia útil de abril.

Vejam bem como disse: entrega. Na verdade, a entrega não é senão a chamada declaração de ajuste, pois o contribuinte, sem saber, durante todo o ano vai fazendo suas declarações para o fisco, demonstrando, com dados e informações, as suas receitas, despesas, aplicações financeiras e aquisições imobiliárias.

Essa, na realidade, é a grande mudança que está afetando todos nós e irá afetar cada vez mais, pois hoje a Receita Federal do Brasil (RFB) possui um sistema informatizado de cruzamento de informações de tamanha eficiência que dá inveja a qualquer sistema de inteligência mundial. Não se pode negligenciar o seguinte: todas as transações estão sendo monitoradas, e qualquer deslize pode implicar ao contribuinte cair na malha fiscal, a temida malha fina.

Fazer a declaração de imposto de renda era considerado por

alguns como um passatempo de fim de semana, uma ocupação eventual em que se podiam revelar talentos e habilidades até então desconhecidos no seio familiar. Os que entendiam um pouco do assunto recolhiam os documentos de todos os familiares e faziam a declaração, ou os entregavam a um amigo, que também pouco conhecia a matéria, e, quase como uma diversão, iam juntos fazendo as declarações.

Segundo dados da própria Receita Federal do Brasil, a maioria das declarações na malha fina se deve a preenchimento errado ou inserção de dados incompatíveis com a realidade, em outras palavras, são os chamados “jeitinhos”, que têm efeito contrário ao pretendido, pois só fazem prejudicar, e muito, o contribuinte. Um erro desse tipo, resultante dos “jeitinhos” e do despreparo profissional, gera multas que podem variar de 75% a 150% do valor do imposto devido. Vê-se, portanto, que imposto de renda é coisa séria, e considerá-lo um passatempo ou uma brincadeira pode custar caro, com amargos prejuízos para o contribuinte. Por isso, é sempre bom frisar: na hora de fazer a sua declaração, entregue-a a um profissional que lhe dará segurança e fará o melhor para que você pague o imposto justo e correto, sem mágicas ou ilusionismos.

Ela vem aí, e como não podemos deixar de encará-la, vamos seguir o melhor caminho, ou seja, não deixar para a última hora. É relevante e imprescindível organizar a documentação e reunir os dados para uma declaração inteligente e racional. Assim procedendo, estaremos preparados para fazer uma declaração bem-feita, sem riscos de cair na arriscada malha fina.

Veja, passo a passo, o que deve ser feito:

1 – Rendimentos tributáveis: junte todos os documentos

de rendimentos tributáveis recebidos de pessoas jurídicas e pessoas físicas, mesmo que não tenha havido retenção na fonte, como pró-labores, trabalho assalariado, aluguéis, resgates de previdência privada, aposentadoria ou pensão, ações judiciais. Faça o mesmo com os rendimentos dos dependentes: esses devem ser declarados.

2 – Deduções: pegue todos os documentos de pagamentos efetuados, mesmo que não sejam dedutíveis, pois estes devem constar na relação de pagamentos efetuados. Aqui entram médicos, dentistas, psicólogos, hospitais, planos de saúde. E lembrem-se: as despesas médicas devem corresponder aos serviços prestados efetivamente e comprovadamente pagos.

3 – Aquisições e alienações de bens móveis e imóveis: toda transação com bens móveis e imóveis deve ser declarada, como veículos, motos, apartamentos, terrenos. No caso de auferir ganho de capital na venda de um bem, o pagamento do imposto é devido no último dia útil do mês subsequente.

4 – Saldos bancários: declarar todos os saldos bancários existentes em 31 de dezembro no Brasil e no exterior, contas correntes, aplicações, investimentos em bolsa (também em nome dos dependentes).

5 – DOAR: a Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos, com sua devida variação patrimonial, é instrumento fundamental de fiscalização, devendo estar compatível com as transações do contribuinte, não somente em 31 de dezembro, mas durante todo

o ano-calendário. Essa é uma das fórmulas aplicadas pela Receita Federal do Brasil que, ultimamente, tem surpreendido bastante o contribuinte.

6 – Declaração do ano anterior: afinal de contas, esse é o livro fiscal da vida de cada um e deve-se seguir o capítulo anterior.

Lembrem-se, a Receita Federal do Brasil é um órgão do governo, com seu regimento próprio, que tem o dever de arrecadar e fiscalizar, tratando igualmente todos os contribuintes, por isso um erro ou engano no preenchimento da sua declaração, na esfera da arrecadação de tributos, acarretará multas e juros, independente da intenção de fazer ou não.

Para sua maior tranquilidade e certeza de estar fazendo o melhor, o contribuinte deve procurar um profissional contábil, que irá fornecer-lhe, com zelo, competência e responsabilidade, as ferramentas necessárias para melhor transitar nessa labiríntica e enigmática burocracia tributária.

Boa declaração!



Divulgação

Conselheiro suplente do Conselho Federal de Contabilidade, Mário César de Magalhães Mateus é técnico em contabilidade, pós-graduado em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas, sócio-diretor da Matur Organização Contábil, diretor da Associação Comercial de Minas Gerais (ACMinas) e membro do Fórum de Líderes da Gazeta Mercantil.

CFC busca parceira para análise de contas públicas

Dentro das diretrizes do Projeto CFC de Responsabilidade Socioambiental, foi realizada uma reunião no dia 17 de janeiro, no Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com a finalidade de propor a formação de um grupo de trabalho para a análise de contas públicas. A proposta, apresentada pela vice-presidente de Administração do CFC e coordenadora do Projeto de Responsabilidade Socioambiental, contadora Silvia Mara Leite Cavalcante, foi compartilhada por um grupo de experientes profissionais da área.

O presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal, Gerardo Antônio Monteiro de Paiva Gama, garantiu a participação do CRCDF no grupo. Os demais participantes da reunião foram o coordenador-geral de Contabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ednar Ferreira de Araújo;

o chefe de Contabilidade do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Robinson Ferreira da Silva; o assessor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) William Brito Mendonça; o gerente executivo de Auditoria Interna da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Renato Pinto da Fonseca.

Novas reuniões serão agendadas para acertar a formação do grupo de trabalho, que tem como proposta principal fazer a análise de orçamento e da execução orçamentária de órgãos públicos, com prioridade para as áreas de educação e saúde. Conforme Silvia Mara Leite Cavalcante, a idéia é fazer a análise por amostragem, checando-se a correta utilização das verbas públicas, e a divulgação dos resultados, inclusive com encaminhamento ao Ministério Público em caso de irregularidades.

O grupo de trabalho, segundo

a vice-presidente do CFC, deverá contar com a participação de profissionais experientes, sem a vinculação com órgãos ou instituições governamentais. “A imparcialidade vai garantir a credibilidade do trabalho”, afirmou ela. Para o presidente do CRCDF, essa iniciativa pode contribuir para valorizar a profissão contábil: “Queremos que a sociedade tenha cada vez mais respeito pelo nosso trabalho”.

Responsabilidade Socioambiental

O principal objetivo do Projeto CFC de Responsabilidade Socioambiental é ampliar a participação política, social e ambiental dos contabilistas e dos funcionários do CFC, fortalecendo a imagem do Sistema CFC/CRCs e do

profissional da contabilidade, além de atuar como fator de proteção da sociedade.



Divulgação

Vice-presidente de Administração do CFC, Silvia Mara Leite Cavalcante

Prazo de entrega da RAIS encerra-se em 28 de março

O prazo legal para a entrega da declaração da RAIS – ano-base 2007 – iniciou-se em 16 de janeiro e encerra-se no próximo dia 28 de março, conforme previsto na Portaria n.º 651, de 28/12/2007, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 31/12/2007. A informação é da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que comunica, ainda, que este ano não haverá prorrogação do prazo legal para a entrega da declaração da RAIS.

Segundo o comunicado do MTE a todos os contabilistas, para 2008 será facultado aos estabelecimentos que possuem certificado digital transmitirem sua declaração por meio dessa chave privada. “Esclarecemos que a função do certificado digital é garantir a autenticidade, integridade, segurança e confidencialidade dos dados, uma vez que assegura a identidade e as informações transmitidas por determinado usuário, legitimando o processo. Na prática, a certificação

digital nada mais é do que uma carteira de identidade para o mundo virtual”, afirma o documento.

No entanto, o comunicado destaca que, sendo facultativa a utilização da certificação digital na declaração da RAIS, não haverá prejuízo para os demais estabelecimentos que não possuem o certificado, pois poderão transmitir a declaração normalmente.

Ainda de acordo com o MTE, a partir da data de 14 de março, o sítio da RAIS disponibilizará o aplicativo que possibilitará aos estabelecimentos enviarem a declaração utilizando seu certificado digital. Mas atenção: somente a partir dessa data o ambiente estará apto para receber as declarações enviadas por meio de certificação digital.

Informações complementares podem ser encontradas nos seguintes endereços eletrônicos: http://www.rais.gov.br/RAIS_SITIO/orientacoes.asp e http://www.rais.gov.br/RAIS_SITIO/duvidas.asp.

CFC edita novo livro Legislação da Profissão Contábil

A terceira edição do livro *Legislação da Profissão Contábil* – revisada e ampliada – será publicada pelo Conselho Federal de Contabilidade e distribuída, a partir de março, aos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). A edição faz parte do Programa de Educação Continuada e constitui-se um importante instrumento de consulta para todos os membros do Sistema CFC/CRCs.

Elaborado com o propósito de facilitar o dia-a-dia de trabalho e servir de fonte segura e atualizada a respeito da legislação contábil, o livro traz os decretos e leis federais relacionados à organização dos Conselhos de Contabilidade e outras normali-

zações de interesse da profissão. Além disso, estão incluídas também na obra as Resoluções do CFC editadas de 1958 a 2007; as Súmulas e as Instruções Normativas em vigor.

Ao todo, o livro possui mais de 250 páginas, que representam o resultado de ampla pesquisa, em função da abundância de publicações de normas federais e da necessidade de atualização da legislação específica da profissão.

A primeira edição da obra foi publicada pelo CFC em 2003 e a segunda, em 2006. A revisão e a atualização do conteúdo foram feitas pela Vice-presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina do CFC.

18º CBC: mais de 2.000 inscrições já efetuadas

Mais de 2.000 pessoas já se inscreveram para o 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, que será realizado no período de 24 a 28 de agosto, em Gramado (RS). O Congresso, que pretende reunir cerca de quatro mil profissionais da classe contábil, trará doze áreas temáticas que serão discutidas e analisadas durante o evento.

O Congresso terá como objetivo elevar a qualidade dos trabalhos que serão apresentados. A Comissão organizadora pretende tornar o 18º CBC mais competitivo cientificamente. Confira quais serão as áreas temáticas: Teoria da Contabilidade, Contabilidade e Governança Corporativa, Tecnologia e Sistemas de Informações, Planejamento e Controle Empresarial, Contabilidade de Custos, Auditoria e Perícia, Contabilidade Tributária, Contabilidade Governamental e Internacional, Responsabilidade Social e Ambiental, Pesquisa e Ensino em Contabilidade e temas livres.

Trabalhos Técnicos

Saiba como deve ser feita a submissão dos trabalhos:

- Somente serão aceitos trabalhos que se enquadrem no temário.
- É permitida a submissão de trabalho por:
 - a) contabilista como autor ou que tenha elaborado o trabalho em conjunto com autores de outras áreas do conhecimento;
 - b) mestrands, mestres, doutorandos ou doutores em Contabilidade;
 - c) contabilista como autor e estudantes de graduação como co-autores;
 - d) profissionais e pesquisadores ligados ao ensino e à pesquisa na área contábil; e
 - e) profissionais e pesquisadores vinculados a instituição internacional congênere ao Conselho Federal de Contabilidade, desde que os trabalhos seja elaborados em língua portuguesa.
- O limite da submissão é de no máximo três (3) trabalhos como autor ou co-autor.
- Cada trabalho poderá ter no máximo quatro (4) autores (incluídos os co-autores).
- Os trabalhos devem ser submetidos, exclusivamente pela internet no site www.congressocfc.org.br, até as 23h59 (horário de Brasília) do dia 15 de abril de 2008.
- É imprescindível que os trabalhos submetidos sejam inéditos e redigidos em língua portuguesa.
- A avaliação dos trabalhos está condicionada à aprovação preliminar do respectivo resumo expandido, a ser preenchido em formulário eletrônico encontrado no site do 18º CBC.
- Os resumos expandidos e os trabalhos serão avaliados por dois consultores *ad hoc*, com título de doutor reconhecido pela Capes, pelo sistema duplo *blind review*, sob a coordenação do Comitê Científico.
- Os trabalhos serão avaliados quanto à inovação, profundidade, contribuição ao avanço do conhecimento, qualidade do referencial teórico, análise dos resultados e conclusões.

Consulte o regulamento do Congresso no site www.congressocfc.org.br ou mais informações pelos telefones (61) 3314-9623 e 3314-9501.

Modelo de Balanço Social do CFC será implantado nos Regionais

Com o intuito de estimular a incorporação da responsabilidade socioambiental no Sistema CFC/CRCs, o Conselho Federal de Contabilidade criou o projeto de implementação do Balanço Social nos Conselhos Regionais. O projeto tem como premissa básica incentivar a publicação do Balanço Social como demonstração do grau de comprometimento do Conselho Regional de Contabilidade com as ações socioambientais.

A metodologia utilizada pelo Conselho Federal para compor o exemplar será a mesma adotada para os CRCS. Segundo o vice-presidente de Desenvolvimento Operacional, Juarez Domingues Carneiro, os Conselhos Regionais serão capacitados pela equipe técnica do CFC.

O curso será composto pelos seguintes temas: responsabilidade

social e ambiental, projetos sociais, marketing, empreendedorismo, balanço social e balanço social como instrumento de gestão e oficina. Dos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade, 22 já aderiram ao projeto. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (61) 3314-9638.



Seminário Nacional de Contabilidade Municipal

Foi realizado nos dias 21 e 22 de fevereiro, em Brasília, no auditório do Conselho Federal de Contabilidade, o Seminário Nacional de Contabilidade Municipal. Idealizado pela Confederação Nacional de Municípios, em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o evento abordou assuntos que foram discutidos e analisados pelos grupos de trabalho da STN, criados em março de 2007.



O público lotou o auditório do CFC

Os grupos têm como finalidade analisar e elaborar diagnósticos de estudos, objetivando a padronização mínima e conceitos e práticas contábeis, plano de contas e classificação orçamentária e receitas e despesas públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Na oportunidade, também foram discutidas as minutas das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as quais se encontram em audiência pública e que tem por objetivo fortalecer os aspectos contábeis patrimoniais no âmbito da administração pública.

